

NÃO VERÁS PAÍS NENHUM: A AGONIA DA MEMÓRIA.

Anderson F. Brandão (FAETEC)¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar alguns pontos sobre a ação efetiva e simbólica dos discursos oficiais presentes no romance *Não verás país nenhum*, escrito por Ignácio de Loyola Brandão e lançado no Brasil em 1981, no sentido da destruição da subjetividade de seus personagens através do apagamento de suas memórias individuais e coletivas, assim como na busca de lhes impor a aceitação a um cotidiano cada vez mais insuportável e mesmo contrário à existência.

Palavras-chave: Romance brasileiro; Autoritarismo; Memória.

A Margem Elástica.

No âmbito da normalidade, espera-se que as instituições e os serviços cumpram o seu papel dentro de horários estabelecidos, que tudo esteja organizado seguindo regras mais ou menos fixas. A previsibilidade é especialmente importante para aquele que vive imerso nas massas populacionais. Através dela, ele traça metas, faz planos, estipula prazos, cumpre os seus compromissos. O seu mundo possui uma forte tendência a se repetir, a se esforçar para cumprir uma mesma série de movimentos. Necessária para que possa ter um mínimo de previsibilidade nos acontecimentos que preenchem o dia a dia, é através dela que ele olha a angústia, o medo de que, por conta de reviravoltas imprevisíveis, o que deseja projetar no mundo se perca e leve uma parte de si.

Dentro da normalidade urbana, estão inseridos os acordos de violência controlada. A vida nas metrópoles depende dessas formas de direcionamento, posto que, sem ele, o caos não seria exceção, mas regra. Tal como o erotismo, os atos de violência – em tese, pelo menos, – pertencem ao âmbito do fortuito, do escape à normalidade, das forças obscuras que estão sempre presentes no homem, mas que convencionalmente são vistas como explosões que se realizam além do campo da norma.

¹ Anderson Figuerêdo Brandão é doutor em Literatura Comparada pela UFRJ. Atuou como professor de Graduação e Pós-graduação na área de Letras do ensino privado durante dezesseis anos. Atualmente é coordenador da área de Literatura Brasileira na Escola Técnica Visconde de Mauá; FAETEC/RJ. Contato afybe@terra.com.br

No entanto, a repetição também é uma ilusão. Na esfera objetiva do mundo, nada se repete. A antiga e óbvia constatação de Heráclito deixa o indivíduo à mercê de um conflito contínuo entre a fluidez objetiva e a necessidade de fixidez. Ao longo de seu dia, ele se depara com uma série de imprevistos, de falhas nos sistemas, de atrasos, acordos que não são cumpridos, de violências que o deixam atordoado, ansioso. Todos os dias, ele acorda sentindo a angústia de um padrão que está em cheque, pronto mesmo para ser revelado como apenas uma aparência, uma frágil e fina camada a resistir à inexorabilidade do caos, da barbárie a se avizinhar de sua porta da frente.

A dialética entre a objetividade em contínuo movimento do mundo e a necessidade de fixidez rege seu cotidiano. O processo, longe de mante-se fincado em pontos imutáveis, produz uma margem que se move a todo tempo. Se estivesse circunscrito nalgum limite, acarretaria em seu suicídio. Sua adaptabilidade e sobrevivência residem justamente em mantê-la móvel, pronta a se distender, a se esgarçar para acolher toda uma série de processos imprevisíveis – principalmente de relações de poder que a todo tempo mudam a fim de satisfazer interesses que, em sua esmagadora maioria, não são os dele.

Embora não participe das discussões e das decisões importantes, ele sempre sofre as consequências da ação de interesses alheios. Via de regra, não existe um conjunto de acordos, leis ou costumes que não se deixem mudar pela ação dos interesses das elites. Embora isso aconteça a todo tempo, existe um núcleo duro, mais ou menos imutável que confere um sentido estruturante ao mundo, a partir do qual a força condicionadora que lhe é imposta não é percebida como arbitrária, mas natural, pertencente mesmo à ordem comum.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” compreem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 2012, p.11)

Diante de uma série de discursos que ele não questiona, assiste à implacabilidade da expansão das forças destruidoras do homem e da natureza. Está sempre à disposição, marionete da ideologia, sempre buscando sobreviver, não se envolver, escapar do conflito, preocupado somente com a defesa de seu cotidiano, do que se repete diante da voracidade mutável do mundo.

Conflito e Despersonalização.

Acima, não traçávamos um perfil do homem contemporâneo, mas estávamos apresentando algumas características de Souza, protagonista do romance *Não verás país nenhum*, escrito por Ignácio de Loyola Brandão e lançado no ano de 1981. Assim como nós, ele não escapa à dialética da necessidade de fixidez e do contínuo movimento. Ele precisa sobreviver num ambiente altamente violento e encontra, no seu lar, o espaço de repetitividade que, de alguma forma, lhe sacia a necessidade de estabilidade e controle.

A singularidade do romance, portanto, reside na passividade de seu protagonista, cuja aquiescência garantiu-lhe a sobrevivência. Sua margem, o limite do suportável, manteve-se elástica, quase fluida, o que lhe permitiu passar pela aposentadoria compulsória como professor universitário de História e sobreviver posteriormente na estranha função de conferir estatísticas saídas de um computador que, por sinal, nunca estão erradas, assistir ao seu país ser vendido e retalhado em concessões aos Estados do primeiro mundo, presenciar sua capacidade de ir e vir limitada por um draconiano planejamento urbano, respirar quotidianamente o cheio infecto dos cadáveres amontoados nos limites da cidade, consumir compulsória e periodicamente por ordem do governo, beber água reciclada provavelmente de urina, saber da extinção da fauna e da flora brasileiras, assistir pela televisão à notícia da desertificação da Amazônia e presenciar a comemoração dos sistemas de poder diante desse e outros vários fatos assombrosos. Sua sobrevivência, repito, dependeu de sua adaptabilidade a realidades cada vez mais desconcertantes. Assim como nós, em certa medida, vivemos em nosso dia a dia.

A primeira constatação lógica que o romance leva o leitor a perceber é que, assim como não existe um limite para a adaptabilidade de Souza, não há uma margem para a exploração, seja a dos recursos naturais, seja a da força do trabalho humano. A expansão dos sistemas de poder, sempre alargando os limites de novas destruições para se realizar, não respeita nem mesmo a regra mais básica, que é a da sobrevivência da humanidade. Por isso, o texto de Ignácio de Loyola é, sobretudo, uma denúncia de como as forças de submissão e estruturação de poder não se apoiam em objetivos fixos, imutáveis. Pelo contrário, estão sempre dispostas se expandir sobre novas fronteiras para manter a ação destruidora que financia a perpetuação da hierarquia social. Sobre a forma constantemente mutável dos regimes totalitários, Hannah Arendt escreve.

A tomada do poder através dos instrumentos de violência nunca é um fim em si, mas apenas um meio para um fim, e a tomada do poder em qualquer país é apenas uma etapa transitória e nunca o fim do movimento. O fim prático do movimento é amoldar à sua estrutura o maior número possível de pessoas, acioná-las e mantê-las em ação; um objetivo político que constitua a finalidade do movimento totalitário simplesmente não existe.(ARENDT, 1979, p.55)

Outra constatação é que o Esquema (forma de governo existente no romance), com várias semelhanças com os regimes totalitários modernos, como o nazismo e o stalinismo, não é um regime de exceção, mas uma derivação lógica de forças que necessitam do controle total das forças de produção, de suplantar mesmo a sua autopreservação, o que acaba pela cessão de todo o território brasileiro para a exploração estrangeira, da destruição de qualquer força contrária à sua dominação, a começar pela subjetividade de seus cidadãos.

No que diz respeito ao indivíduo, o seu processo de atomização é fundamental para a manutenção do Esquema. O ataque à solidariedade é um dos pontos nevrálgicos da ideologia capitalista, conforme escreve Noam Chomsky: “A solidariedade torna difícil controlar as pessoas e as impede de serem objetos passivos do poder privado. Por isso, é preciso ter um sistema de propaganda que supere quaisquer desvios do princípio de submissão aos sistemas de poder.”(CHOMSKY, 2013, p.46)

Uma constatação importante que Hannah Arendt em seu livro sobre o totalitarismo é que em regimes onde as forças de submissão se tornam tão potentes, como as que vemos no livro de Ignácio de Loyola, não há qualquer possibilidade de individualidade.

O totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja, mesmo que se trate de xadrez. Os amantes do “xadrez por amor ao xadrez”, adequadamente comparados por seu exterminador aos amantes da “arte por amor à arte”-, demonstram que ainda não foram absolutamente atomizados todos os elementos da sociedade, cuja uniformidade inteiramente homogênea é a condição fundamental para o totalitarismo.(ARENDT, 1979, p.50)

Para a aplicação do poder total, um novo tipo de homem é necessário. Alguém que não possua as características humanas tão nocivas à dominação. Esses novos homens são os Militecnos, categoria à qual o sobrinho de Souza pertence. O novo homem, totalmente adaptado às exigências de seu tempo.

Partes do corpo quando não usadas são passíveis de atrofiamento. Deu no que deu.

Instinto de conservação, fraternidade, capacidade de distinguir beleza, boa qualidade, isso morreu. Tudo foi revelado num relatório apresentado nos Estados Unidos. Cientistas norte-americanos, especializados no estudo de nosso país, chegaram a curiosíssimas conclusões. (BRANDÃO, 1982, p.p.29/30)

Dominguinhos, Militecno, é uma espécie de espelho negativo do personagem principal. Totalmente adaptado às leis do Esquema, nascido e criado na nova ordem, sua humanidade é questionada o tempo todo no romance. Ele é apenas ação, vê todos os acontecimentos sob o aspecto prático, não está ligado ao passado e, talvez, não pense no futuro. Um dos títulos do romance diz claramente: “Nas suas divagações, Souza vê que tem sorte, pois ainda possui memória. Ao contrário dos Militecnos, que já perderam as faculdades humanas.” (BRANDÃO, 1982, p.24) A razão instrumental impõe-se sobre a ideia da memória coletiva – ela serve para o quê? No pensamento militecno, o que não possui uma função prática não deve existir.

No romance, há um prédio denominado “A Casa dos Vidros de Água”, que é um museu onde as águas procedentes dos rios brasileiros, extintos à época da narrativa, ficam guardadas. É o lugar onde Souza vai passear, visto que é o único lugar fresco que restou na cidade. Para Dominguinhos, esse lugar não deveria existir. Ou melhor, o espaço deveria ser extinto e aproveitado para uma função prática. Dessa forma, o que é prático adquire uma nova significação – aquilo que deve funcionar na ordem estabelecida pelo governo totalitário presente no romance. Tudo o que escapa, deve ser extinto.

A agonia da memória.

A uniformidade é um fator de extrema importância para a manutenção de poderes que não podem ser questionados de forma alguma, numa espécie de abstenção de si mesmo e de foco na personalidade principal, como Lukács escreve, em sua Carta sobre o Stalinismo que “Identificava em Stalin o vértice de uma pirâmide que, alargando-se em direção à base, compunha-se de ‘pequenos Stalins’, os quais, vistos de cima, eram os objetos e, vistos de baixo, eram os produtores em mantenedores do culto à personalidade. Sem o funcionamento regular desse mecanismo, o ‘culto à personalidade’ não teria passado de um sonho subjetivo, de um acidente patológico, e jamais teria podido atingir a eficácia social que exerceu durante algumas décadas.” (LUKÁCS, 2017, p.128)

O cenário de *Não verás país nenhum* ultrapassa o dos regimes totalitários modernos, visto que – no Esquema –, o culto à personalidade não mais existe. Não há um líder identificado no livro. O sistema se realiza por si só, como uma máquina que não necessita de quem a coloque em movimento.

Dessa forma, a ausência de subjetividade, seja no nível da atomização do cidadão comum, assim como no mais alto escalão governamental, é a marca da morte da memória coletiva, que deixa de existir quando nem mesmo a efemeridade da vida (tanto do homem comum, como de seu líder) lhe marca a passagem e a posterior renovação.

A despersonalização é o último estágio de um regime que trabalha por si, que funciona como um moto contínuo, um rolo compressor responsável por construir um presente eterno, destruir o passado e qualquer possibilidade de futuro. Sobre a concepção temporal de Adelaide, mulher de Souza, o personagem narra:

Não é preciso marcar o tempo, basta abandoná-lo, ela me disse uma vez. De que adianta saber que dia é hoje? As horas, sim, são importantes. O dia é bem dividido. Cada hora uma coisa certa. Melhor viver um dia só, sem fim. O que tiver de acontecer, é dentro dele. (BRANDÃO, 1982, p.13)

O caminho de Souza ao longo do romance é o de recuperar, através da memória, a sua identidade atomizada pelo Esquema. A todo o tempo, ele se depara com as falhas do seu percurso, com os momentos em que poderia ter se insurgido, o momento em que poderia ter realizado alguma intervenção. A todo momento ele tenta buscar, nas suas lembranças, a memória coletiva do que restou do seu país e as encontra somente sob a forma de fragmentos.

O Esquema procura seguir a tradição de que somente os vencedores podem escrever a história e que, aos vencidos, nem mesmo o silêncio lhes resta. Em *Não verás país nenhum*, os documentos – se existem – são inacessíveis, os meios de comunicação repetem fórmulas vazias de significação, os homens estão totalmente vazios de si mesmos. Conforme escreve Hannah Arendt, sobre os governos totalitários modernos, os personagens não são apenas mortos, mergulham no nada como se nunca houvessem existido.

A rigor, a memória só há na diferença, no conflito, na força dialética de classes em luta, no jogo de interesses que mantém a História em movimento. No constante jogo entre passado, presente e futuro, o exercício da memória se fundamenta em sínteses oriundas da diferença e da repetição. Seja como farsa ou tragédia, estamos sempre atentos à dupla

face entre a fluidez objetiva do mundo e nossa necessidade de repetição, a fim de darmos uma certa coerência à nossa existência.

A um futuro positivo, anunciado por Condorcet, filósofo do Iluminismo, antepõe-se o horror de um mundo nivelado onde o trabalho será supérfluo, inútil, e os “homens novos” totalmente despidos de humanidade.

Nesse horrível futuro, em agonia, a memória prenunciará a morte de qualquer identidade.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Não verás país nenhum*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

CHOMSKY, Noam. *Sistemas de poder*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

LUKÁCS, György. Carta sobre o stalinismo. *Revista da Boitempo*, São Paulo, nº 28, p.127-142, 2017.

RÖD, Wolfgang. *O caminho da filosofia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.